

O Golpe Militar no Suriname e a Geopolítica no Platô das Guianas

Iuri Cavlak¹

Resumo

O artigo visa problematizar um período chave da história recente do Suriname, qual seja, sua independência política frente a Holanda, ocorrida em 1975, e o golpe militar de 1980, que abalou as estruturas do país e suas relações externas com a ex-metrópole e nações do entorno regional.

Palavras-Chave: Suriname; Platô das Guianas; Ditaduras.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo discutir un período clave en la historia reciente de Surinam, a saber, la independencia política frente los Países Bajos, que tuvo lugar en 1975, y el golpe militar de 1980 que sacudió las estructuras del país y sus relaciones exteriores con el anterior metrópoli y naciones del entorno regional.

Palabras clave: Surinam; Meseta de Guyana; Dictaduras.

Introdução

No início dos anos 1980, o Suriname por algum tempo esteve na pauta da opinião pública latino-americana. Independente da Holanda desde fins de 1975, o país passou por uma experiência de governo *sui generis*, uma ditadura capitaneada por jovens militares ainda abaixo dos trinta anos de idade envolvidos em promessas de democracia e justiça social.

Ocorreu que, se afastando cada vez mais da antiga metrópole, a recém nação aproximou-se de Cuba e de outros países de forte ideário socialista no entorno, como Granada, num contexto de recessão mundial e de acentuada intolerância dos Estados Unidos, então no alvorecer do neoliberalismo e da última fase da “Guerra Fria”. Tendo em vista o perigo do que se percebia como um aliado

¹ Doutor em História pela Unesp de Assis. Docente do Colegiado de História e do Mestrado em Desenvolvimento Regional da UNIFAP. Contato: iuricavlak@yahoo.com.br
Revista de Geopolítica, Natal, v. 7, nº 1, p. 133 - 151, jan./jun. 2016.

soviético em plena América do Sul, um espectro que parecia sepultado após a experiência de Allende no Chile, a administração republicana de Reagan ameaçou com intervenção armada, afastada da ordem do dia por conta da presença diplomática brasileira, que abriu opções para o governo surinamês e mediou sua permanência dentro dos parâmetros da economia de mercado.

Essa tarefa se mostrou de muita complexidade, tanto pela situação interna surinamesa, dividida em etnias e abatida pelo baixo nível de desenvolvimento econômico, quanto pelo contexto externo, com a Holanda buscando derrubar o governo ao longo da década e a Líbia de Muammar Kadafi entrando como parceiro político e comercial. Ao fim e ao cabo, conseguiu se evitar o socialismo, mas não o endurecimento ditatorial e a guerra civil, que ceifou a vida de milhares de surinameses e contribuiu para o agravamento da pobreza e do atraso.

Esse contexto explosivo do Suriname, que repercutiu na geopolítica regional, se assentou em várias causas, que discutirei neste texto. Uma delas, pode-se adiantar, foi a falta da conformação de uma elite civil detentora de um projeto político nacional, fruto por sua vez das peculiaridades da dinâmica histórica do lugar, outro elemento aqui em apreço. Isso conferiu ao exército recém formado a tarefa de empunhar a bandeira do nacionalismo e da construção da ordem, numa fase adiantada do mercado mundial e do concerto das nações.

A divisão social entre afro-guianeses, descendentes de indianos e javaneses, quilombolas e ameríndios conferiu no limite o questionamento da própria viabilidade da nação. Por outro lado, a consciência subalterna ameaçou amalgamar-se num projeto político de cunho transformador. Enquanto pouco menos de meio milhão de pessoas viviam no país, outro número aproximado de habitantes preferiam o exílio, nem por isso desligando-se ou abstendo-se de ajudar a terra natal. Dos que ficavam, metade tinha menos de 20 anos, fato que dificultava mas ao mesmo tempo empolgava na tarefa de erguer o Estado.

História do desenvolvimento político e econômico

O tratamento da metrópole em relação ao Suriname foi peculiar no decorrer do antigo sistema colonial. Além de permitir que fazendeiros viessem do Caribe

Revista de Geopolítica, Natal, v. 7, nº 1, p. 133 - 151, jan./jun. 2016.

britânico para ali se instalar, diferentemente de outras metrópoles no contexto mercantilista, que proibiam a participação estrangeira na produção, a Holanda também recorreu ao trabalho imigrante de indianos, então sob soberania britânica. Se na América do Sul o elemento europeu seria preponderante no fluxo de chegada de novos trabalhadores após o fim do escravismo, nesse caso gentes da Ásia tornar-se-iam um componente principal na composição demográfica, conferindo outro fator de estranhamento em relação ao continente.

Igualmente característica importante foi alto índice de absenteísmo dos plantadores holandeses. De acordo com Joshua Hyles, em 1813, 80% dos donos das *plantations* viviam em Amsterdam ou em outra possessão colonial. “Os holandeses eram investidores, não colonizadores”. (HYLES, 2014, p.74). Assim, a formação de uma elite colonial foi truncada, colaborando para ausência de um sentimento nacionalista que enfeixasse o processo de independência.

No que tange a escravidão, alguns autores entendem que a brutalidade no trato dos cativos foi mais acentuada se comparada aos outros lugares. Os motivos seriam o baixo desenvolvimento econômico, penalizando os mais pobres, diminuta rede de escravidão doméstica, em tese fator atenuante na relação senhor/escravo, e o predomínio da responsabilidade dos capatazes, mais severos com a propriedade que afinal não lhe pertencia. Uma outra discussão, que extrapola os limites deste artigo, articula-se ao caráter mercantil mais desenvolvido dos holandeses, conferindo uma coisificação acentuada no trato com os africanos, sem nenhuma veleidade de assimilação. Enfim, segundo Hyles, esse conjunto de questões explicaria o alto índice de quilombos e o baixo índice de reprodução da mão de obra:

De 1668 até 1823, entre 300,000 e 325.000 escravos africanos foram importados para as *plantations* holandesas: em 1823, o total da população de descendentes de africanos rondava em torno de 50,000. Por outro lado, as colônias britânicas e francesas na América do Norte importaram um número comparado de escravos no mesmo período, cerca de 427,000; mas em 1825, os Estados Unidos sozinho possuíam uma população negra de mais de dois milhões (ibid, p. 76).

O problema das revoltas e fugas escravas, além do aumento do preço e da pressão internacional, levou a metrópole a abolir a escravidão em 1863. Fazendeiros foram indenizados e uma nova fase na organização da produção passou a vigorar, baseada na mão de obra de “imigrantes contratados” (*indentured immigrants*). A companhia de comércio *Duch Trading Company* comprou uma grande fazenda em 1880, *Marienburg*, transformando-a na mais moderna produtora de açúcar da colônia, equipada com luz elétrica, estrada de ferro e novas tecnologias. “A fábrica, com a capacidade de processar 300 mil quilos de cana por dia era considerada como a segunda maior do mundo” (HOEFTE, 1998, p. 15).

Em 1916 a ALCOA (*Aluminum Company of America*) conseguiu o monopólio da extração da bauxita. O lugar escolhido para ser a sede da produção foi uma pequena vila de afro-surinameses chamada *Moengo*, onde se armou uma *Company Town*. Em linhas gerais, tratava-se de uma cidade onde a soberania cabia a indústria responsável pela atividade econômica, um Estado dentro de um Estado, o que também ocorreu na Guiana Inglesa e mesmo no Brasil, como no caso do Amapá (PAZ, 2011). A necessidade de disciplinar o trabalho e controlar de forma mais estrita possível a mão de obra era um dos objetivos principais dessas instalações. O primeiro carregamento de bauxita do Suriname teve lugar em 1920, sendo que a *Company Town* chegou a empregar mais de mil trabalhadores durante a Segunda Guerra Mundial, auge da produção. Em 1943, o Suriname fora responsável por três quartos de toda bauxita utilizada pelos Estados Unidos no esforço de guerra (ibid, p. 45).

Não obstante a péssima situação social, vicejava um sentimento difuso na população surinamesa de apego a monarquia holandesa. Na quebra dos laços com a terra natal, na necessidade de reinventar novas tradições e lidar com desafios religiosos, aparentemente o sentimento de pertencer a nacionalidade holandesa encontrou um espaço e se desenvolveu. Por décadas o governo surinamês reforçou seu poder simbólico, com festivais em torno do aniversário da rainha ou um currículo escolar totalmente voltado para o passado holandês, ganhando uma importância malgrado o absenteísmo da classe proprietária.

A partir da segunda metade do século XX foram implementados planos para o desenvolvimento econômico, embasados em empréstimos e financiamentos

Revista de Geopolítica, Natal, v. 7, nº 1, p. 133 - 151, jan./jun. 2016.

holandeses, como o plano de dez anos (1955-1964), os planos complementares de 1962 e 1965 e os planos quinquenais de 1967-1971 e 1972-1976.

Na questão política, de 1945 em diante, a administração colonial apontou uma comissão da *Unie Suriname* para discutir a futura constituição. O problema era que a delegação só contou com afro-surinameses, sem representação indiana ou javanesa, o que levou imediatamente a formação do *Hindostaans-Javaanse Centrale Raad*, reunindo 13 organizações religiosas e algumas de caráter sindical na defesa dos interesses étnicos. Dessa organização surgiu o primeiro partido político do Suriname, em 1946, o *Moeslim Partij* (Partido Muçulmano) (HOEFTE, 2014, p. 99-100).

Assim, outros partidos passaram a surgir nessa linha, e mesmo o *Unie Suriname* se dividiu entre o *Protestant Nationale Partij Suriname* (Partido Nacional do Suriname, baseado no movimento evangélico) e o *Roman Catholic Progressieve Surinaamse Volkspartij* (Partido Popular Progressista do Suriname, baseado no catolicismo). Entre 1946/1947, mais dois partidos surgiram, *Verenigde Hindostaanse Partij* (Partido Unido dos Hindus) e o *Kaum Tani Persatuan Indonesia* (União dos Camponeses Indonésios). Como todos os nomes indicam, eram partidos centrados mais na nacionalidade e religião e menos em ideários puramente políticos (ibid, p. 100).

Um reflexo das condições sociais locais, essa forma de partido era mais tolerada pela administração holandesa, na medida em que a união classista aumentaria o poder de barganha dos trabalhadores da colônia. Essa forma de se fazer política fortaleceu o clientelismo e a divisão racial, pois cada grupo se comprometia a melhorar a vida dos adeptos de sua religião e etnia, negligenciando a noção de espaço público e demandas universais. Acesso aos direitos, cargos e bem estar estavam condicionados a lealdade em detrimento da generalização das demandas. Com a permissão de estabelecimento de sindicatos por categorias, ocorreu uma inversão do esquema tradicional, ou seja, o sindicato tendia a representar a totalidade, trabalhadores de diferentes raças e credos, enquanto o partido era o lugar da particularidade.

As incertezas que economia mundial apresentou no final dos anos 1960 e início dos anos 1970 reverberaram no Suriname. Várias greves e manifestações se fizeram presente, confirmando a maior tendência de radicalidade dos sindicatos em relação aos partidos.

Esses partidos, embora já pautando a questão da independência, temiam pela espiral de conflitos étnicos uma vez perdido o “guarda-chuva” holandês, trabalhando de maneira cautelosa a temática. Os exemplos das guianas vizinhas eram sintomáticos. Na Guiana Inglesa, a independência em 1966 gerou um predomínio dos afro-guianenses em relação aos indianos, num contexto bastante violento fomentado pela intervenção norte-americana no processo (RABE, 2005). Na Guiana Francesa, a incorporação plena a metrópole arrefeceu ambições de secessão, permitindo aos trabalhadores formais partilharem do *Welfare State* metropolitano.

Na multiétnica sociedade surinamesa, a dificuldade de estabelecer marcos fundadores, como feriados nacionais, hinos e bandeiras, conspirava contra a formação de um novo país, pois um acontecimento importante para os javaneses nada significava para os hindus, afro-surinameses e assim por diante. A “invenção das tradições”, *sine qua non* para uma nação moderna, se apresentava algo como um enigma nesse cadinho sul-americano. No começo dos anos 1970, a população totalizava pouco mais de 379 mil indivíduos, sendo 148 mil hindus, 118 mil afro-surinameses, 58 mil javaneses, 39 mil quilombolas e 10 mil ameríndios (HOEFTE, 2014, p. 108).

Independência e construção da Nação

Em maio de 1974, a intenção surinamesa de se retirar do reino foi reconhecida, resultando numa série de reuniões entre representantes da metrópole e da colônia, particularmente na primeira metade de 1975. Roger Janssen chama atenção para a falta de um referendo popular ou mesmo lutas mais acirradas em torno da questão da independência. Nas campanhas parlamentares que antecederam-na, alguns dos principais partidos evitaram ressaltar o imbróglio, temendo afastar o eleitorado (JANSSEN, 2011, p.22).

Em outubro de 1975, o parlamento holandês, mesmo recebendo pressão do Partido Hindu do Suriname para atrasar o processo, votou a favor da separação. Foram 106 votos a favor contra 5 entre os deputados e 53 a favor contra 11 entre os senadores metropolitanos. Se havia muitas dúvidas em Paramaribo sobre a separação, em Haia a certeza era de que não convinha mais manter uma colônia problemática, em razão do desgaste tanto político quanto econômico (ibid, p. 23).

Após 25 de novembro de 1975, quando oficialmente surgiu uma nova nação, a situação não mudou substancialmente. Em se tratando de uma economia deficitária, uma sociedade pobre, sem grandes ligações com o Caribe e com o restante da América do Sul, a Holanda continuou sendo a grande referência. Mais que isso, a antiga classe dirigente continuou no poder. Johan Ferrier, então governador colonial, tornou-se presidente. O primeiro ministro, Henck Arron, eleito em 1973, igualmente seguiu em seu cargo.

As primeiras embaixadas abertas foram em Haia, Washington, Cidade do México, Brasília e Bruxelas. Por outro lado, Holanda, Indonésia, Guyana, Venezuela, Coréia do Sul, Estados Unidos, França e Brasil inauguraram embaixadas em Paramaribo.

Naquele momento de nascimento da nação surinamesa, o governo brasileiro já se fez presente nas relações bilaterais, não somente por tratar-se de país fronteiriço senão pelo apoio que o governo Geisel sinalizava ao processo de descolonização. Henck Arron visitou Brasília em julho de 1976, assinando os primeiros tratados e estabelecendo uma comissão mista de estudos para futuros investimentos e intercâmbios econômicos (URT, 2010, p. 77).

Nas instituições maiores, o país entrou na ONU (Organização das Nações Unidas) e na OEA (Organização dos Estados Americanos), bem como no Movimento dos Países Não Alinhados.

A Holanda implementou uma diretriz facilitando a imigração de surinameses entre 1974 e 1980, visando não só diminuir a pressão social interna senão continuar como principal parceira. Com efeito, todos que chegassem em território holandês até 1980 teriam reconhecida sua cidadania, sendo a partir de então tratados como estrangeiros. No tocante a migração desses anos a conta chegou a mais de 112 mil

Revista de Geopolítica, Natal, v. 7, nº 1, p. 133 - 151, jan./jun. 2016.

peças, em grande parte mão de obra qualificada. O chiste que corria era que o governo do Suriname estava em Paramaribo, enquanto seus cidadãos moravam na Holanda (HOEFTE, 2014, p. 110).

Mesmo com a nação emancipada politicamente, a economia continuava controlada por interesses estrangeiros. O maior exemplo disso era a mineração e o processamento da bauxita, uma indústria nas mãos dos norte-americanos controlando a *Suralco* e a Holanda dona da *Billiton*. Na agricultura, a *United Fruit Company* dominava a produção de bananas, enquanto a *Surinam-American Industry* quase monopolizava a indústria da pesca e frutos do mar. Na exploração da madeira, outra multinacional era a responsável, a *Bruynzeel*, continuamente contribuindo para o desflorestamento e a remoção da população ameríndia e quilombolas do interior. Bancos e companhias de seguros também estavam sob responsabilidade estrangeira, bem como o setor de construção civil, gás e eletricidade (JANSSEN, 2011, p. 46).

A única grande companhia que destoava era a *Marienburg*, que havia sido vendida para o Estado surinamês pelo preço simbólico de 1 florim em 1974, e ainda controlava a produção de açúcar. Descapitalizada e com o Estado assumindo seus débitos, se mostrava em dificuldades.

A atividade econômica hegemonizada por surinameses estava restrita aos pequenos negócios e ao comércio varejista. Os empréstimos holandeses via de regra atendiam primeiramente os interesses das grandes empresas, o que piorava ainda mais esse cenário. O acordo financeiro no momento da independência, quando a Holanda se comprometeu a liberar 3,5 bilhões de florins em quinze anos para o desenvolvimento da antiga colônia, foi batizado de “aperto de mão dourado”, embora muitos tenham caracterizado como “algemas douradas”.

Na medida em que as condições sociais da maioria da população não se elevou com o país emancipado, germinou em grande parte dos surinameses o sentimento de que a culpa de todos os males estava na economia controlada por grupos estrangeiros e na política a cargo de aliados da ex-metrópole. Sem uma burguesia capaz de formular um projeto de desenvolvimento autossustentado, de resto de efetividade pouco provável naquela fase da economia mundial, caiu sob os

militares a tarefa de interpretar a insatisfação popular e canalizá-la para mudanças significativas.

Para além da dependência holandesa, o Suriname tinha na política externa o Brasil e a participação no Tratado de Cooperação Amazônica (TCA), assinado em 1978 em conjunto com outros países da região. Um intento brasileiro tanto de colocar seus produtos industriais nesse mercado como fechar uma zona de união na região setentrional, no momento em que o país passava por turbulências na fronteira Sul, na questão da usina de Itaipu com a Argentina. (URT, 2010, p. 77).

Golpe e Construção do Estado

O exército surinamês era formado por jovens idealistas que tiveram um contato mais estreito com noções como soberania e nacionalismo. Daí um jovem coronel de 28 anos, Desiré Delano Bouterse, tomar para si a liderança de uma facção dos militares e, em 25 de fevereiro de 1980, conquistar o poder sem uma aspiração política imediata que fosse muito além do consigna geral de “combate a corrupção”. Com o país já formalmente independente e etnicamente plural, uma retórica mais geral mostrava-se difícil de cristalizar no curto prazo. Para alguns analistas, como Joao Urt, o golpe se assentou num caráter atípico, “nem reacionário e nem revolucionário” (ibid, p. 71).

Por outro lado, os grupos mais interessados em política e com maior capacidade de formulação de programas eram aqueles ligados a greves de anos atrás, funcionários públicos e trabalhadores das multinacionais que desenvolviam uma consciência que ultrapassava o universo religioso e os limites das pequenas comunidades interioranas. Não à toa foram esses quadros que o exército convocou para ajudar na administração do país após o golpe. “Alguns sargentos – especialmente Badresein Sital – afirmaram que o golpe deveria ser considerado, na verdade, como o início de uma revolução social e política no país” (AVILA, 2011, p. 8).

Nesse sentido, com a presença de políticos de esquerda e sindicalistas no governo, o Estado foi elaborando planos de reformas sociais e administrativas, bem como na representação política. Por ser uma nação que não contava mais do que

Revista de Geopolítica, Natal, v. 7, nº 1, p. 133 - 151, jan./jun. 2016.

seis anos de vida e na falta de macro políticas estruturadas de maneira endógena, a busca por modelos e parceiros internacionais se tornou fulcral para as transformações almeçadas. Procurando no entorno regional uma inspiração de nacionalismo que mais se aproximasse do ideário de igualdade e independência, com tamanho similar e disposição para o estabelecimento de parcerias, a ditadura surinamesa se debateu com algumas alternativas. O estilo de “democracia popular” tal como se entendia em Cuba e na Nicarágua foi prestigiado. (HOEFTE, 2014, p.139). Assim, em agosto de 1980, o novo regime deu um passo adiante, destituindo o presidente Johan Ferrier, fechando o parlamento, suspendendo a Constituição (AVILA, 2011, p. 8).

No primeiro aniversário do golpe, 25 de fevereiro de 1981, vários delegados do Partido Comunista de Cuba foram convidados para participarem das festividades em Paramaribo – o governo doravante a se auto intitular “revolucionário”. Em troca, uma delegação surinamesa foi para Havana, voltando de lá exaltando as virtudes do governo socialista. Na medida em que os militares não se afinavam com os tradicionais partidos étnicos, a coalisão política foi sendo construída com dois partidos de esquerda, a União Progressista dos Trabalhadores Pobres (PALU - no idioma local) e o Partido Revolucionário do Povo (RVP).

Consequência direta disso tudo foi o lançamento, em maio de 1981, do chamado “Manifesto da Revolução”, indicando alguns motivos da intervenção militar e alguns objetivos a serem alcançados pelo novo governo.

O Manifesto serviria como base para a Nova Frente Revolucionária no governo, formada no final de 1981 sob a liderança do Partido Revolucionário do Povo e da União dos Trabalhadores das Fazendas e Trabalhadores da Cidade. O objetivo principal do governo era reforçar a “consciência revolucionária” da população surinamesa através da mobilização popular, educação política e criação de uma milícia popular armada (JANSSEN, 2011, p. 64).

Nesse curto espaço de tempo, a politização da população surinamesa foi notória, promovendo rearranjos de grupos e a entrada da classe trabalhadora organizada como ator político legítimo, ainda que subordinada às ordens militares.

De imediato, o governo holandês retalhou e congelou os empréstimos acordados com a antiga administração.

Quanto mais encolhesse a presença batava, mais alargar-se-ia a cubana, com a missão diplomática dessa última passando a prover o governo com conselheiros e ajuda na formação de redes de sustentação política. Foi abolido a necessidade de visto para entrada de cidadãos cubanos no Suriname, uma demonstração clara do nível de entendimento diplomático. No final de 1981, na inauguração do novo ministério batizado simbolicamente de “Gabinete Revolucionário”, foram convidadas delegações da Nicarágua, Granada e Cuba, além de militantes da *Frente Farabundo Marti para a Libertação Nacional* de El Salvador (ibid, p. 113).

A meu juízo, embora articulado a demandas internas, o estabelecimento de laços com nações que claramente desafiavam a hegemonia norte-americana tinha a ver também com a tentativa de barganha diplomática, como se a posição mais à esquerda levasse o Ocidente a patrocinar um programa robusto de ajuda ao desenvolvimento econômico, evitando assim o “espectro do comunismo”. Importante mencionar que não há notícias de grande estatizações ou expropriações de fortunas pelos militares nesse período, indício de que a radicalidade da classe dirigente estava mais na esfera retórica.

No começo de 1982, entre os dias 25 e 27 de janeiro, o Chanceler brasileiro Ramiro Saraiva Guerreiro esteve em Paramaribo. Reconhecendo a seriedade da crise política que o país atravessava, Guerreiro reafirmou a amizade diplomática, em troca recebendo pedidos de Bouterse de auxílio militar e econômico. (AVILA, 2011, p. 14).

E o caminho de parceria com os cubanos rendeu, com a ida de Bouterse para a Conferência da Internacional Socialista em Granada, em maio de 1982, e a visita extraoficial na sequência a Fidel Castro em Havana:

De acordo com as memórias do político cubano Cardenas, presente nessa reunião, “o contato entre o Comandante-em-Chefe Fidel Castro e o Tenente Coronel Bouterse foi tranquilo, muito fácil e franco”. A

visita durou vários dias, durante a qual os dois líderes concordaram em trocar formalmente representações diplomáticas na forma de residências oficiais (JANSSEN, 2011, p. 113).

A situação interna apontava para duas tendências, qual sejam, o aprofundamento da reformas ou a mudança de caráter do regime. Em fevereiro de 1982, apenas alguns dias após a visita do Chanceler brasileiro, o moderado primeiro ministro Henck Chin A. Sen foi derrubado, posto que favorável a retomada da democracia representativa e de eleições presidenciais para o fim do ano. Em junho de 1982, algumas grandes companhias multinacionais foram acusadas pelo governo de haverem subornado políticos da antiga administração, abrindo uma ameaça de investigação que pudesse resultar em estatizações. Por outro lado, cresceram as manifestações de ruas contra os militares e a favor de eleições, principalmente por conta da depressão econômica. Com a retirada dos investimentos holandeses, a carestia de vida e a falta de produtos no comércio atormentaram cada vez mais o cotidiano do cidadão surinamês.

Em julho de 1982, Bouterse fez o seguinte discurso:

Os inimigos da revolução também falam demais sobre “ismos” e tentam conjurar o fantasma do anticomunismo. Sobre isso eu quero dizer o que segue. Nós somos realmente opositores do capitalismo e do imperialismo ...porque esse sistema, com toda sua suposta liberdade, escravizou nosso povo na pobreza e na dependência por muitos anos. Esse sistema promoveu riqueza na Europa e nos Estados Unidos. Porém, a história deixa claro que a riqueza e o progresso foram feitos as custas dos trabalhadores e outros povos do mundo (ibid, p. 117).

Assumindo uma postura mais clara, Bouterse parecia encaminhar realmente seu país para uma direção heterodoxa. Esse discurso em especial reverberou em Washington sublinhando a necessidade de alguma forma de contenção ou mesmo derrubada de Bouterse do poder por parte dos Estados Unidos. A política externa norte americana, engajada na luta contra os sandinistas na Nicarágua e outros movimentos contestatórios pelo Caribe e América Central, passava a mirar o Suriname no plano de contra insurreição.

Assim, através de sua Embaixada, o governo estadunidense iniciou o processo mais efetivo de ataque ao governo de Bouterse. De acordo com Janssen,

De fato, várias centenas de milhares de dólares foram gastos pela CIA em atividades diretas de reunir importantes informações e oferecimento de assistência necessária para permitir a oposição no Suriname “energia” para pôr um fim no regime esquerdista em Paramaribo (ibid, p. 118).

Entrementes, Reagan discutiu um plano para apoiar uma invasão por terra e ar de tropas venezuelanas e brasileiras em conjunto, ideia logo descartada pela dificuldade e tempo necessário para sua plena realização.

Em setembro de 1982, Bouterse voou até Brasília, sendo recebido por João Batista Figueiredo. Inquieto com o cenário que se desenhava de agressão dos Estados Unidos e embargo da Holanda, objetivava amadurecer a parceria com o grande vizinho. Na pauta, as negociações sobre a venda de material militar brasileiro, assistência técnica e treinamento de oficiais surinameses. (AVILA, 2011, p. 14). Isto é, entre o apoio cubano e a ameaça holandesa-estadunidense, a ditadura surinamesa articulava uma alternativa com a ditadura brasileira, aparentemente mais vantajosa por não revolver conflitos ideológicos de fundo e envolver países limítrofes. A capacidade econômica do maior país da América do Sul e a facilidade para o intercâmbio apontava para um cenário mais promissor que a ilha socialista.

A situação se encontrou ainda mais polarizada quando Maurice Bishop, primeiro ministro de Granada e conhecido como uma liderança marxista, esteve em Paramaribo em outubro de 1982, sendo recebido com honras e convidado a discursar para as multidões. Em resposta a esse contexto, o líder sindical Cyril Dahl, em um comício oposicionista, criticou os rumos do governo, reivindicando a volta dos militares aos quartéis, eleições e o fim do Estado de emergência, reverberando positivamente entre as classes altas e frações da classe média. O segundo da hierarquia militar, major Roy Horb, assumiu a liderança dos moderados e o diálogo com essas forças (ibid, p.9).

Todavia, Bouterse e seus aliados optaram pela repressão. Em dezembro, a situação chegou ao ápice da violência, quando 15 opositores do regime, de famílias influentes e órgãos de imprensa, advogados, sindicalistas, jornalistas, acadêmicos, militares, enfim, líderes de uma oposição liberal-democrática, foram fuzilados pelo exército sem julgamento prévio. Nas palavras do Embaixador brasileiro em Paramaribo, Nestor dos Santos Lima, tratou-se de uma ação para “liquidar de um só golpe todos os líderes potenciais do país em todos os setores, decapitando, assim, por um tempo, qualquer veleidade de reação do país à cubanização do Suriname” (ibid, p. 10).

Após esse acontecimento, o Suriname se encontrou fortemente em crise com a Holanda, que cancelou cooperação militar, profissional e na esfera educacional, bloqueando ainda empréstimos e financiamentos. Em janeiro de 1983, um ano após sua visita a Paramaribo, Saraiva Guerreiro aconselhou Figueiredo a “atrair o Governo Bouterse por meio de uma rápida intensificação (através de cooperação técnica e outros meios) da presença no Suriname, dos países que se opõe à influência cubana e soviética”. (ibid, p. 15). Um mês depois, o Ministro das Relações Exteriores e o Primeiro Ministro da Holanda visitaram Brasília buscando sondar o governo a respeito de sua posição. Após muitas conversas, os holandeses receberam garantias de que os militares brasileiros iriam se portar de maneira a evitar o crescimento do governo militar surinamês. De acordo com Avila, Figueiredo deslocou Luiz Felipe Lampreia – futuro chanceler brasileiro no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso – de Washington para Paramaribo, algumas semanas antes de abril de 1983, de modo articular os interesses brasileiros em consonância com o que se havia discutido com os norte-americanos. Lampreia permaneceria no Suriname até 1985, como encarregado de negócios e posteriormente embaixador. (ibid, p. 16). Em abril de 1983, após discordar da invasão norte-americana, Figueiredo enviou seu oficial de confiança, General Danilo Venturini, para o Suriname. Durante três dias de visita, a pauta principal girou em torno da mediação brasileira em relação ao afastamento de Cuba e a reconstrução das relações diplomáticas com a Holanda. Venturini teria sido escolhido para essas negociações por ocupar a época o cargo de secretário geral do Conselho de Segurança Nacional do Brasil, além de ser amigo pessoal de Figueiredo. No entendimento de Avila, a

contrapartida dos surinameses, em relação ao afastamento político de Cuba, teria sido, dentre outros itens,

(...)a abertura de linhas de crédito para aquisição de material de emprego militar de fabricação brasileira; o incremento das importações de arroz e alumina procedentes do Suriname; o apoio técnico-científico nas áreas de pesquisa mineral, infraestrutura, geração de energia e promoção comercial; e a concessão de bolsas de estudos (ibid, p. 17).

Interessante que, em sua maioria, reivindicações contidas nos encontros precedentes entre as duas diplomacias, de modo que tratar-se-ia mais de colocar em prática acordos já assinados. (ibid, p. 17). Consta que os surinameses solicitaram inclusive transmissão via satélite dos jogos de futebol da seleção brasileira (URT, 2010, p. 81).

Seguida pela visita de membros do governo surinameses ao Brasil, como o primeiro ministro Errol Alibux entre 23 e 25 de maio, ficou acordado a troca de arroz e alumínio surinamês por armamentos brasileiros, inclusive tanques e embarcações, bem como auxílio técnico e político. Um crédito de 70 milhões de dólares foi aberto por Brasília, permitindo a Bouterse modernizar seu exército, um tipo de ajuda material que não havia sido proporcionado nem pela Holanda e nem por Cuba (JANSSEN, 2011, p. 121). Temendo novamente que o Brasil armasse a ex-colônia, o primeiro ministro holandês, Rudolphus Lubbers, voltou para Brasília, no final de maio de 1983, apenas alguns dias após a delegação surinamesa, queixando-se de que o maior país latino-americano era o único que apoiava a ditadura de Bouterse (AVILA, 2011, p. 21). Claramente, se consideramos o elevado número de contatos pessoais entre autoridades surinamesas e holandesas com o governo brasileiro, nesse curto espaço de tempo, podemos afirmar do primordial papel desempenhado pelo Brasil no andamento dessa crise no extremo norte sul americano.

A invasão norte-americana em Granada, ocorrida em outubro de 1983, causou um receio de que o Suriname poderia ser a próxima vítima. Garantindo o apoio brasileiro, Bouterse trocou seu discurso, condenando, na Assembleia Geral da ONU, a presença das tropas soviéticas no Afeganistão. Em Paramaribo, ordenou

uma diminuição no grau de relacionamento com Cuba, ao fim expulsando os conselheiros e comprometendo as relações diplomáticas. Num giro espetacular e extremamente rápido, o Suriname passou de potencial nação socialista a fiel aliada da ditadura brasileira.

Castro ficou ofendido sobre o que ele retratou como uma traição de Bouterse a Revolução Surinamesa; Cuba escolheu retirar toda sua missão diplomática de Paramaribo para manter contato com a República simplesmente através de um embaixador não residente situado em Havana. Com a saída de todos os cubanos em questão de dias, e sem nenhuma tentativa feita por Paramaribo de reverter a decisão de Havana, o curto período de influência de Cuba nos negócios surinameses chegou ao final (JANSSEN,2011, p. 122).

A faceta oportunista dos militares surinameses ganhou preponderância à luz desse episódio, pois internamente as facções esquerdistas foram também afastadas do governo. O que se imaginava ser um projeto envolto em aspiração legítimas e enraizadas não passou de algumas palavras de ordem e posicionamentos diplomáticos retóricos, trocados por seu oposto quando a situação assim o exigiu. Talvez Bouterse simplesmente temesse ter o mesmo fim de seu amigo Bishop, assassinado na invasão norte-americana.

Não obstante, poderosas razões econômicas também entraram na equação, pois além de trocar o gabinete por políticos mais moderados, o Suriname pleiteou um empréstimo de 100 milhões de dólares do FMI (Fundo Monetário Internacional), e a conseqüente melhoria de sua imagem diante dos países industrializados. O CBI (*Caribbean Basin Initiative*), anunciado pelo governo Reagan como um pacote de ajuda econômica aos parceiros da região leais a seu país havia posto de fora o Suriname, fato que os próprios queriam revertido.

Em 25 de novembro de 1983, uma delegação brasileira, liderada pelo embaixador Marcos Azambuja, participou em Paramaribo das comemorações do “dia da República” e da criação do “Movimento 25 de fevereiro” (atual Partido Democrático Nacional), instrumento de tentativa de legalização do processo político e confirmação do desapego ao período mais radical. (AVILA, 2011, p. 25.)

Concomitante a isso, em fins de 1983 delegados do FMI chegaram no Suriname para analisar as condições do empréstimo. Os conselhos por medidas de austeridade como aumento de impostos e congelamento de salários causaram mal-estar na população, e uma onda de greves se desencadeou, sobretudo nas minas da *Suralco* e da *Billiton*. Bouterse não cumpriu com o prometido no tocante a convocação de eleições gerais, ignorando assim uma das principais cláusulas negociada pelo FMI. No início de 1984 as conversações encerraram-se sem acordo de ambas as partes.

Como se não bastasse o tencionamento presente, a Líbia, outro controverso parceiro internacional, apareceu no horizonte. Uma ligação que havia começado nos anos 1970, quando representantes da comunidade muçulmana do Suriname estabeleceram contato com Kadafi obtendo fundos para a construção de mesquitas. Em busca desesperadas de recursos e novos aliados, Bouterse visitou Trípoli em março de 1983 e conheceu pessoalmente o líder líbio. Na sequência de encontros, alguns acordos foram construídos:

Como resultado direto desses tratados, os líbios tiveram permissão de estabelecer um Escritório do Povo em Paramaribo e prover os muçulmanos surinameses com educação religiosa, tanto em instituições locais como enviando estudantes para o Norte da África. Mais importante, em maio de 1985 uma delegação Líbia garantiu ao governo surinamês um empréstimo urgente de 100 milhões de dólares e especialistas começaram a treinar o Exército, a polícia secreta e a milícia popular (JANSSEN, 2011, p. 128).

Essa presença da Líbia não foi vista sem preocupação pelos Estados Unidos e pela França, responsável pela Guiana vizinha. Nesse sentido, parece que a política externa brasileira estava melhor informada dos limites da projeção desse país norte-africano em solo sul-americano, tranquilizando essas duas potências em relação ao perigo.

Os Estados Unidos relaxaram em relação a Bouterse quando concluíram que, não obstante a retórica sobre “revolução”, ele não era “um ditador marxista”. Em vista de mais de 200 conselheiros militares líbios no Suriname, Washington também

enviou pessoal militar, reforçando sua Embaixada com mais funcionários e liberando 50 mil dólares pelo programa, aprovado pelo Congresso, de *International Military Education and Training* (ibid, p. 129).

Desfeita a parceria com Cuba e afastado os sindicalistas e políticos de esquerda do governo, o Suriname passou a ser visto não mais como uma ameaça geopolítica na região. O firme papel brasileiro no contexto foi a garantia de que o pequeno país não se afastaria do sistema sul-americano, embora os problemas seculares de pobreza e baixo desenvolvimento econômico continuassem e até se agravassem. Mesmo a presença da Líbia não alterou essa conjuntura. A partir de 1986, uma guerra civil e o envolvimento da ditadura surinamesa com o tráfico internacional de drogas abriram um novo período na conturbada história desse pouco conhecido vizinho.

Considerações Finais

Assim como a passagem da colônia a país independente não alterou a classe dirigente surinamesa, o fim do período de “cubanização” do regime e a costura diplomática com o Brasil não derrubou Bouterse, que seguiu por toda a década de 1980 e início dos 1990 como a principal liderança do país.

Porém, o abandono do ideário socialista, no meu entendimento, colaborou para a manutenção do subdesenvolvimento surinamês, de sorte que, deixando de ser um problema para o entorno regional, deixou de ser também relevante para investimentos e auxílios estrangeiros, cruciais num país de pequeno tamanho e com uma população diminuta.

Na segunda metade dos anos 1980, o país passou a fazer parte da conexão internacional do tráfico de drogas, intermediando a produção que se iniciava na Colômbia e na Bolívia e iria desembocar nos mercados de Amsterdam. Sem um julgamento relativo ao massacre de dezembro de 1982, Bouterse passou a ser cada vez mais visado pelos políticos holandeses, pressionados por parentes das vítimas e interessados no combate ao tráfico. Assim, foi com o sub-reptício patrocínio de Haia que Ronnie Brunswijk, oficial do exército surinamês e guarda costas de Bouterse, rompeu com esse e iniciou uma guerrilha na selva, incrementando um conflito

interno que duraria até 1992, resultando em centenas de mortes, destruição da combatida infraestrutura e ao menos 10 mil refugiados de guerra na Guiana Francesa.

Em 1994, 80% da população surinamesa se dizia favorável a diminuição da soberania do país e uma volta a união política com a Holanda (JANSSEN, 2011, p. 247). Indício de que, quase vinte anos após a independência e quinze após o golpe, o Suriname seguia com um sentimento de incompletude nacional, cindido pela pobreza e as divisões étnicas, em que nem o socialismo e nem a democracia de tipo ocidental puderam transformar.

Referências

AVILA, Carlos Frederico. Guerra Fria na Região Amazônica: um estudo da Missão Venturini ao Suriname (1983). *Revista Brasileira de Política Internacional*. Brasília: n. 54, 2011, 7-28.

BANDEIRA, Moniz. *Brasil, Argentina e Estados Unidos: Da Tríplice Aliança ao Mercosul (1870-2003)*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2003

HOEFTE, Rosemarijn. *In Place of Slavery: A Social History of British Indian and Javanese Laborers in Suriname*. Gainesville: University Press of Florida, 1998.

_____. *Suriname in the Long Twentieth Century: Domination, Contestation, Globalization*. New York: Palgrave Macmillan, 2014.

HYLES, Joshua. *Guiana and The Shadows of Empire: Colonial and Cultural Negotiations at the Edge of the World*. Maryland: Lexington Books, 2014.

JANSSEN, Roger. *In Search Of Path: An analysis of the foreign policy of Suriname from 1975 to 1991*. Amsterdam: KITLV Press, 2011.

URT, Joao Nackle. A Lógica da Construção da Confiança: Relações Brasil-Suriname entre 1975 e 1985. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*. Brasília: n. 53, pp.70-87, 2010.

Recebido em Outubro de 2015.

Publicado em Fevereiro de 2016.